



Concurso Público

012. PROVA OBJETIVA

Técnico em Contabilidade

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ♦ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ♦ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ♦ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ♦ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ♦ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

01. Leia a charge.

GRANDES QUESTÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO



As frases da personagem mostram-na como uma pessoa

- (A) indiferente.
(B) resoluta.
(C) hesitante.
(D) irredutível.
(E) intrépida.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 08.

É permitido sonhar

Os bastidores do vestibular são cheios de histórias – curiosas, estranhas, comoventes. O jovem que chega atrasado por alguns segundos, por exemplo, é uma figura clássica, e patética. Mas existem outras figuras capazes de chamar a atenção.

Takeshi Nojima é um caso. Ele fez vestibular para a Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Veio do Japão aos 11 anos, trabalhou em várias coisas, e agora quer começar uma carreira médica.

Nada surpreendente, não fosse a idade do Takeshi: ele tem 80 anos. Isto mesmo, 80. Numa fase em que outros já passaram até da aposentadoria compulsória, ele se prepara para iniciar nova vida. E o faz tranquilo: “Cuidei de meus pais, cuidei dos meus filhos. Agora posso realizar um sonho que trago da infância”.

Não faltará quem critique Takeshi Nojima: ele está tirando o lugar de jovens, dirá algum darwinista social. Eu ponderaria que nem tudo na vida se regula pelo critério cronológico. Há pais que passam muito pouco tempo com os filhos e nem por isso são maus pais; o que interessa é a qualidade do tempo, não a quantidade. Talvez a expectativa de vida não permita ao vestibulando Nojima uma longa carreira na profissão médica. Mas os anos, ou meses, ou mesmo os dias que dedicar a seus pacientes terão em si a carga afetiva de uma existência inteira.

Não sei se Takeshi Nojima passou no vestibular; a notícia que li não esclarecia a respeito. Mas ele mesmo disse que isto não teria importância: se fosse reprovado, começaria tudo de novo. E aí de novo ele dá um exemplo. Os resultados do difícil exame trazem desilusão para muitos jovens, e não são poucos os que pensam em desistir por causa de um fracasso. A estes eu digo: antes de abandonar a luta, pensem em Takeshi Nojima, pensem na força de seu sonho. Sonhar não é proibido. É um dever.

(Moacyr Scliar. *Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar*, 1996. Adaptado)

02. Para o narrador, a história de Takeshi Nojima chama a atenção porque este

- (A) inventou novos sonhos para não levar uma vida ociosa.
(B) veio do Japão e trabalhou em várias coisas antes de estudar.
(C) foi um filho dedicado e um pai responsável.
(D) é um senhor de 80 anos que decidiu voltar a estudar.
(E) está preocupado em obter a aposentadoria compulsória.

03. Em relação à atitude de Takeshi Nojima, o narrador

- (A) concorda com ela, pois acredita que a expectativa de vida dele será muito alta.
(B) discorda dela, pois acredita que ele realmente estará tirando o lugar de jovens.
(C) concorda com ela, pois acredita que uma pessoa deva perseguir os seus sonhos.
(D) discorda dela, pois acredita que ele terá uma atuação profissional lastimável.
(E) concorda com ela, pois acredita que ele esteja só se divertindo com a situação.

04. No último parágrafo do texto, na passagem —... se fosse reprovado, começaria tudo **de novo**. E aí **de novo** ele dá um exemplo. —, a repetição das expressões em destaque ressalta a ideia de

- (A) perseverança.
- (B) desilusão.
- (C) proibição.
- (D) abandono.
- (E) fracasso.

05. Observe as passagens:

- ... e **agora** quer começar uma carreira médica. (2º parágrafo);
- ... ele tem 80 anos. **Isto mesmo**, 80. (3º parágrafo);
- **Talvez** a expectativa de vida não permita... (4º parágrafo).

As expressões destacadas expressam, respectivamente, sentido de

- (A) lugar, modo e causa.
- (B) tempo, afirmação e dúvida.
- (C) afirmação, afirmação e dúvida.
- (D) tempo, modo e afirmação.
- (E) modo, dúvida e intensidade.

06. O emprego do adjetivo anteposto ao substantivo realça a qualidade que a este se atribui, o que se pode comprovar com a expressão em destaque na seguinte passagem do texto:

- (A) Os bastidores do vestibular são cheios de **histórias – curiosas, estranhas, comoventes**.
- (B) O jovem que chega atrasado por alguns segundos, por exemplo, é uma **figura clássica**...
- (C) Veio do Japão aos 11 anos, (...) e agora quer começar uma **carreira médica**.
- (D) Eu ponderaria que nem tudo na vida se regula pelo **critério cronológico**.
- (E) Os resultados do **difícil exame** trazem desilusão para muitos jovens...

07. Assinale a alternativa em que a preposição "de" expressa sentido de origem.

- (A) Mas existem outras figuras capazes **de** chamar a atenção.
- (B) "Agora posso realizar um sonho que trago **da** infância".
- (C) Nada surpreendente, não fosse a idade **do** Takeshi...
- (D) ... pensam em desistir por causa **de** um fracasso.
- (E) E aí **de novo** ele dá um exemplo.

08. Muitos pensam em desistir _____ uma carreira, pois acreditam que não estejam aptos _____ enfrentar o difícil exame do vestibular.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) de ... à
- (B) a ... em
- (C) em ... de
- (D) de ... para
- (E) à ... a

09. Leia os quadrinhos.



(Folha de S.Paulo, 09.01.2016. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas da fala da personagem, no primeiro quadrinho, devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) algum ... me livrar
- (B) o ... livrar eu
- (C) esse ... me livrar
- (D) um ... livrar eu
- (E) este ... me livrar

10. Assinale a alternativa correta quanto à concordância nominal e verbal, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Ainda que se viva tão espremido nos centros urbanos, existem muita gente isolada, pois, cada vez menos, se faz contatos humanos.
- (B) Ainda que vivam tão espremidas nos centros urbanos, existem muitas pessoas isoladas, pois, cada vez menos, ocorrem contatos humanos.
- (C) Ainda que viva tão espremida nos centros urbanos, se vê muitas pessoas isoladas, pois, cada vez menos, acontece contatos humanos.
- (D) Ainda que se vivam tão espremidas nos centros urbanos, há muita gente isolada, pois, cada vez menos, tem contatos humanos.
- (E) Ainda que vivam tão espremidas nos centros urbanos, existe muitas pessoas isoladas, pois, cada vez menos, se estabelecem contatos humanos.

11. Determinada quantia A de dinheiro foi dividida igualmente entre 8 pessoas, não ocorrendo sobras. Se a essa quantia A fossem acrescentados mais R\$ 1.280,00, cada pessoa teria recebido R\$ 1.560,00. Ao se dividir a quantia A entre as 8 pessoas, cada uma delas recebeu
- (A) R\$ 1.350,00.
(B) R\$ 1.400,00.
(C) R\$ 1.480,00.
(D) R\$ 1.500,00.
(E) R\$ 1.550,00.
12. Em uma casa, a razão entre o número de copos coloridos e o número de copos transparentes é $\frac{3}{5}$. Após a compra de mais 2 copos coloridos, a razão entre o número de copos coloridos e o número de copos transparentes passou a ser $\frac{2}{3}$. O número de copos coloridos nessa casa, após a compra, é
- (A) 24.
(B) 23.
(C) 22.
(D) 21.
(E) 20.
13. Um produto é vendido a prazo da seguinte forma: R\$ 200,00 de entrada e 5 parcelas iguais de R\$ 120,00 cada uma. Sabe-se que o preço do produto a prazo é 25% maior que o preço da tabela, mas, se o pagamento for à vista, há um desconto de 5% sobre o preço da tabela. Então, a diferença entre o preço a prazo e o preço à vista é
- (A) R\$ 160,00.
(B) R\$ 175,00.
(C) R\$ 186,00.
(D) R\$ 192,00.
(E) R\$ 203,00.

14. Um grupo de amigos foi a uma lanchonete que vende fatias de pizzas de sabores e preços variados. A tabela seguinte mostra os sabores, o preço da fatia e o número de fatias de cada sabor consumidas pelo grupo.

Sabor	Nº de fatias	Preço da fatia
Mozarela	10	R\$ 5,00
Calabresa	8	R\$ 6,50
Portuguesa	x	R\$ 6,00

Considerando-se o número total de fatias consumidas, na média, o preço da fatia saiu por R\$ 5,80. O número de fatias consumidas do sabor portuguesa foi

- (A) 12.
 (B) 11.
 (C) 10.
 (D) 9.
 (E) 8.
15. Um capital de R\$ 1.200,00 foi aplicado a juros simples, com taxa de 9% ao ano, durante certo período de tempo, rendendo juros de R\$ 72,00. Se esse capital permanecesse aplicado por mais 5 meses, o total obtido de juros seria
- (A) R\$ 98,00.
 (B) R\$ 102,00.
 (C) R\$ 108,00.
 (D) R\$ 112,00.
 (E) R\$ 117,00.
16. Em uma estante, há livros de matemática, física e biologia, num total de 90 livros. O número de livros de física e de biologia juntos correspondem a $\frac{4}{5}$ do número total de livros de matemática, e o número de livros de física supera o número de livros de biologia em 16. O número de livros de matemática supera o número de livros de física em
- (A) 22.
 (B) 23.
 (C) 24.
 (D) 25.
 (E) 26.

17. Um terreno retangular ABCD, com 8 m de frente por 12 m de comprimento, foi dividido pelas cercas AC e EM, conforme mostra a figura.

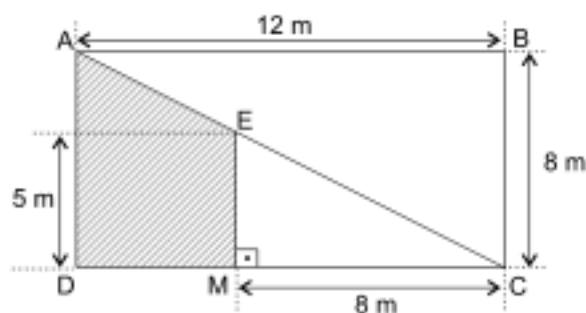


Figura fora de escala

Sabendo-se que o ponto E pertence à cerca AC, o valor da área AEMD destacada na figura, em m^2 , é

- (A) 22.
 (B) 24.
 (C) 26.
 (D) 28.
 (E) 30.
18. As figuras mostram as dimensões, em metros, de duas salas retangulares A e B.

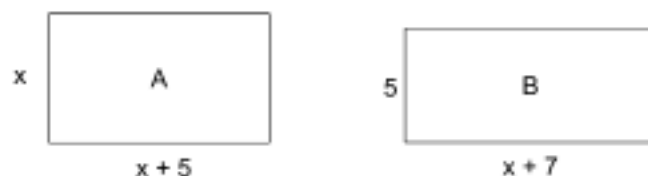
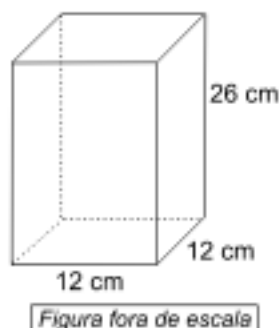


Figura fora de escala

Sabendo-se que o perímetro da sala A é 2 metros maior que o perímetro da sala B, então é correto afirmar que o perímetro da sala B, em metros, é

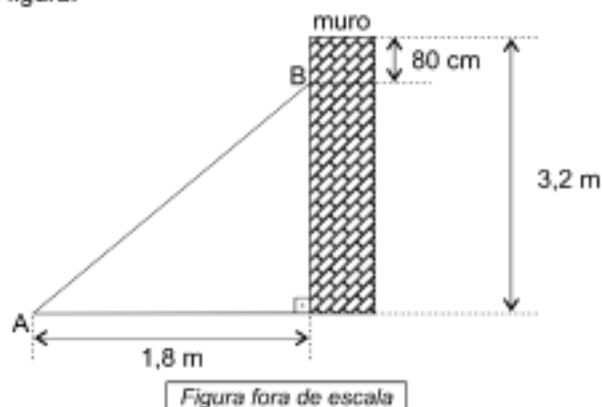
- (A) 34.
 (B) 36.
 (C) 38.
 (D) 40.
 (E) 42.

19. Um recipiente tem o formato de um prisma reto de base quadrada com 12 cm de lado e 26 cm de altura, conforme mostra a figura, e está completamente cheio de água, que será transferida para jarras, cada uma delas com capacidade máxima de 720 mL.



O número máximo de jarras que poderão ser totalmente enchidas com a água desse recipiente é

- (A) 3.
(B) 4.
(C) 5.
(D) 6.
(E) 7.
20. Um muro com 3,2 m de altura está sendo escorado por uma barra de ferro, de comprimento AB, conforme mostra a figura.



O comprimento, em metros, da barra de ferro é

- (A) 3,2.
(B) 3,0.
(C) 2,8.
(D) 2,6.
(E) 2,4.

LEGISLAÇÃO

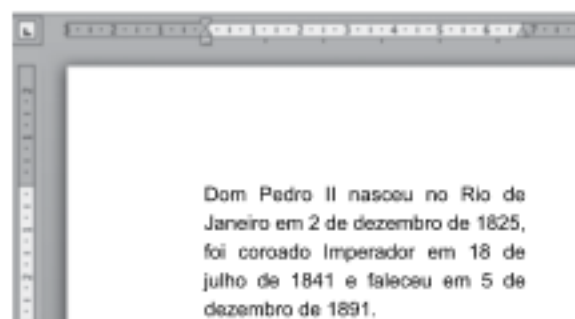
21. A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso à informação e, em relação ao que ela dispõe, pode-se afirmar corretamente que
- (A) a divulgação de informações de interesse público depende de solicitação verbal.
 - (B) dados, processados ou não, que podem ser utilizados para a produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, são considerados informação.
 - (C) não serão concedidas as informações relativas aos resultados de inspeções ou auditorias realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo as prestações de contas relativas aos exercícios anteriores.
 - (D) quando a informação for considerada parcialmente sigilosa, o acesso integral ao documento será deferido por meio de certidão ou fotocópia.
 - (E) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso às informações aos órgãos ou entidades públicas, por escrito, devendo o pedido conter a identidade do requerente e a especificação da informação pública requerida, e apresentar os motivos determinantes da solicitação.
22. O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, de acordo com a Lei nº 8.112/90, denomina-se
- (A) promoção.
 - (B) reintegração.
 - (C) remoção.
 - (D) recondução.
 - (E) aproveitamento.
23. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com
- (A) advertência verbal.
 - (B) advertência escrita e anotada em seu prontuário.
 - (C) advertência escrita e multa na base de trinta por cento por dia de vencimento e terá seu registro cancelado após o decurso de seis meses.
 - (D) suspensão de até quinze dias, ou, por conveniência para o serviço, a penalidade poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
 - (E) suspensão por trinta dias, ou, por conveniência para o serviço, a penalidade poderá ser convertida em multa, na base de quarenta por cento por mês de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, refere-se
- (A) à concorrência.
 - (B) ao convite.
 - (C) ao concurso.
 - (D) ao leilão.
 - (E) à tomada de preços.
25. Os contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, dentre outros, no seguinte caso:
- (A) por acordo das partes, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
 - (B) unilateralmente, pela Administração, quando necessária a substituição da garantia de execução.
 - (C) unilateralmente, pelo contratado, quando necessária a modificação da forma de pagamento.
 - (D) por acordo entre as partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica da obra.
 - (E) unilateralmente, pelo contratado, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos pecuniários.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No Microsoft Windows 7, em sua configuração original, um usuário abriu a calculadora, digitou 1000, depois o sinal de soma (+) e, em seguida, 900. Pressionou a tecla ENTER e, posteriormente, pressionou as teclas CTRL+C. Abriu o bloco de notas e pressionou CTRL+V. Assinale a alternativa que apresenta o conteúdo que será colado.
- (A) 1000+900
 - (B) 1000+900=1900
 - (C) 1900
 - (D) 1000;900;1900
 - (E) 900

27. Durante a edição de um documento no Microsoft Word 2010, em sua configuração original, um usuário digitava um parágrafo simples, apenas com a formatação de parágrafo justificado aplicada, conforme a figura seguinte, quando clicou no botão *Hifenização* e selecionou a opção *Automático*, na guia *Layout da Página*.



Assinale a alternativa que apresenta o resultado do parágrafo após essa ação.

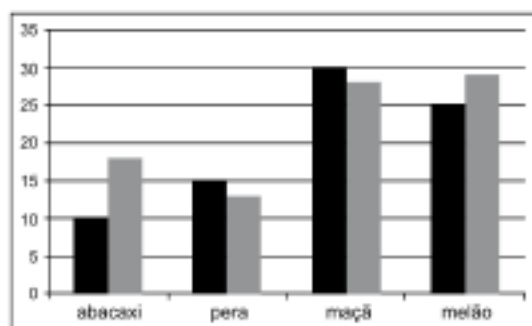
- (A)
 - Dom Pedro II nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825, foi coroado Imperador em 18 de julho de 1841 e faleceu em 5 de dezembro de 1891.
- (B)
 - Dom Pedro II nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825, foi coroado Imperador em 18 de julho de 1841 e faleceu em 5 de dezembro de 1891.
- (C)

Dom Pedro II nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825, foi coroado Imperador em 18 de julho de 1841 e faleceu em 5 de dezembro de 1891.
- (D)

Dom Pedro II nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825, foi coroado Imperador em 18 de julho de 1841 e faleceu em 5 de dezembro de 1891.
- (E)

Dom Pedro II nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825, foi coroado Imperador em 18 de julho de 1841 e faleceu em 5 de dezembro de 1891.

28. Usando o Microsoft Excel 2010, em sua configuração original, um usuário criou um gráfico de colunas, como apresentado a seguir.



Assinale a alternativa que apresenta um elemento existente nesse gráfico.

- (A) Legenda.
 (B) Linhas de grade.
 (C) Título.
 (D) Rótulos de dados.
 (E) Tabela de dados.

29. No Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, _____ são efeitos de animação que ocorrem no modo de exibição Apresentação de Slides quando você muda de um slide para o próximo. É possível controlar a _____ e adicionar som.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) Animações ... cor
 (B) Layout de slides ... intensidade
 (C) Animações ... velocidade
 (D) Transições de slides ... velocidade
 (E) Transições de slides ... intensidade

30. O usuário Mateus recebeu uma mensagem de correio eletrônico com as seguintes características:

De: guilherme@vunesp.com.br

Para: gustavo@vunesp.com.br

C/C: mateus@vunesp.com.br

Assunto: Resolução de Pendências

Anexo: PENDENCIAS.TXT

Assinale a alternativa que apresenta o resultado correto quando Mateus clica em *Encaminhar*.

- (A) O anexo PENDENCIAS.TXT é mantido na nova mensagem.
 (B) A nova mensagem já aparece com o campo *Para* preenchido com guilherme@vunesp.com.br, e o campo *C/C* fica em branco.
 (C) A nova mensagem já aparece com o campo *Para* preenchido com guilherme@vunesp.com.br, e o campo *C/C* fica preenchido com gustavo@vunesp.com.br.
 (D) A nova mensagem não contém nenhum anexo.
 (E) A nova mensagem aparece com o campo assunto em branco.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A definição da Resolução do CFC nº 1.128/08, que aprovou a NBC T 16.1 – conceituação, objeto e campo de aplicação: “o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações” refere-se

- (A) à entidade do setor público.
- (B) ao patrimônio público.
- (C) a ativos públicos.
- (D) ao patrimônio de empresas de economia mista.
- (E) ao patrimônio líquido.

32. De acordo com a Resolução do CFC nº 1.129/08, que aprovou a NBC T 16.2, a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de

- (A) geração de valor.
- (B) benefícios econômicos futuros.
- (C) estrutura de capital.
- (D) conversibilidade e exigibilidade.
- (E) rentabilidade vinculada ao investimento.

33. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de acordo com a LC nº 101/2000, artigo 4º, disporá também sobre:

- (A) equilíbrio entre receitas e despesas; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- (B) avaliação do cumprimento das metas; e demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- (C) avaliação da situação financeira e atuarial; e evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- (D) equilíbrio entre receitas e despesas; avaliação do cumprimento das metas; e demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- (E) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e avaliação do cumprimento das metas.

34. A Lei Orçamentária Anual (LOA), de acordo com a Constituição Federal, artigo 165, compreenderá: o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e os órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e também

- (A) as transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (B) o projeto de lei orçamentária acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (C) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) a execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto na mesma lei, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (E) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

35. Referente aos procedimentos típicos da administração pública que visam à padronização da classificação das despesas por todas as esferas de governo, enfatizando determinadas situações que geram mais dúvidas quanto à classificação por natureza da despesa, entende-se como **Material de Consumo** aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei nº 4.320/64, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos; e como **Material Permanente** aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos. Além disso, na classificação da despesa com aquisição de material, devem ser adotados alguns parâmetros que distinguem o material permanente do material de consumo.

Um material é considerado de consumo caso atenda, pelo menos, o critério da

- (A) publicidade.
- (B) consistência.
- (C) objetividade.
- (D) legalidade.
- (E) durabilidade.

36. De acordo com a Lei nº 4.320/64, as Receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente são Receitas

- (A) Operacionais.
- (B) de Capital.
- (C) Primárias.
- (D) Patrimoniais.
- (E) Correntes.

37. A despesa, assim como a receita, é classificada em duas categorias econômicas, com os seguintes códigos:

CATEGORIA ECONÔMICA

- 3 – Despesas Correntes;
- 4 – Despesas de Capital.

Ante o exposto, é correto afirmar que se classificam como Despesas

(A) **Correntes**: todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

de Capital: aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

(B) **Correntes**: aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

de Capital: todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

(C) **Correntes**: as extradespesas orçamentárias com aquisição de matéria-prima, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

de Capital: as extradespesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de projetos, inclusive com a aquisição de móveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

(D) **Correntes**: as despesas orçamentárias com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

de Capital: as orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

(E) **Correntes**: aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

de Capital: as despesas orçamentárias com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

38. O § 1º do artigo 8º da Lei nº 4.320/1964 define que os itens da discriminação da receita, mencionados no artigo 11 dessa Lei, serão identificados por números de código decimal. Convencionou-se denominar este código de natureza de receita.

Importante destacar que essa classificação é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita no cofre público. Assim, a natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas; por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias.

A fim de possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos, esta classificação é formada por um código numérico de 8 dígitos que se subdivide em seis níveis. São eles

- (A) Categoria Funcional, Origem, Operações Intraorçamentárias, Autorização, Alínea e Subalínea.
- (B) Receita Corrente, Receita Tributária, Origem, Espécie, Fato Gerador e Conta.
- (C) Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea.
- (D) Categoria Funcional, Origem, Operações Intraorçamentárias, Aprovação, Conta e Subconta.
- (E) Categoria Econômica, Origem, Operações Intraorçamentárias, Aprovação, Conta e Subconta.

39. Leia o texto a seguir.

De acordo com o §1º do artigo 11 da Lei nº 4.320/1964, classificam-se como Correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as _____, em geral, com efeito positivo _____ e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos _____, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) variações patrimoniais ... no caixa ... programas e ações orçamentários
- (B) operações de crédito ... no resultado ... programas da LOA
- (C) variações patrimoniais ... no resultado ... programas da LOA
- (D) disponibilidades financeiras do Estado ... no caixa ... programas da LOA
- (E) disponibilidades financeiras do Estado ... sobre o Patrimônio Líquido ... programas e ações orçamentários

40. Para fins da Contabilidade Pública, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a Receita pode ser

- (A) quantitativa ou qualitativa.
- (B) efetiva ou não efetiva.
- (C) permutativa ou qualitativa.
- (D) modificativa ou compensatória.
- (E) permutativa ou compensatória.

41. Receitas Públicas ou Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público e aumentam-lhe o saldo financeiro. Via de regra, por força do princípio orçamentário da universalidade, estão previstas

- (A) na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) no PPA – Plano Plurianual.
- (C) nos FPM – Fundos de Participação dos Municípios.
- (D) nos FPE – Fundos de Participação dos Estados.
- (E) na LOA – Lei Orçamentária Anual.

42. De acordo com a Lei nº 4.320/64 em seu artigo 105, o Balanço Patrimonial demonstrará, além dos diversos itens patrimoniais, também o Ativo Financeiro, e este compreenderá

- (A) os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- (B) os ativos fundados e outros recebimentos que independam de autorização orçamentária.
- (C) os ativos financeiros, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- (D) os créditos e valores realizáveis, independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários.
- (E) os ativos financeiros, bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção.

43. Em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 15, para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a
- três meses.
 - seis meses.
 - um ano.
 - dezoito meses.
 - dois anos.
44. O reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Considerando-se, a título de exemplo, a aprovação de um orçamento de uma determinada entidade pública, o registro contábil sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público será:
- D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
 - D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
 - D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 - D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 - D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
45. De acordo com a NBCT 16.2, o sistema contábil representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, registro, controle, evidenciamento e avaliação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de
- organizar em forma de sistema de informações para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público.
 - organizar, processar e evidenciar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
 - orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.
 - processar e evidenciar os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
 - avaliar os resultados obtidos na execução das ações do setor público com relação à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade.
46. De acordo com a Instrução Normativa SFC/MF nº 01, de 06 de abril de 2001, que define diretrizes, princípios e conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, este Sistema visa à avaliação da ação governamental, da gestão dos administradores públicos federais e da aplicação de recursos públicos por entidades de Direito Privado, por intermédio da fiscalização
- da Procuradoria da Fazenda Nacional.
 - sistêmica dos recursos operacionais.
 - da auditoria interna.
 - contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
 - operacional e financeira.
47. De acordo com a Resolução do CFC nº 750/93 e suas alterações, o Custo Corrente atende ao princípio contábil
- do registro pelo valor original.
 - da competência.
 - da continuidade.
 - da prudência.
 - da oportunidade.
48. O Princípio de Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas é o
- do registro pelo valor original.
 - da prudência.
 - do custo corrente.
 - da continuidade.
 - da oportunidade.

De acordo com o balancete de verificação a seguir, responda às questões de números 49 e 50.

Balancete contábil em 30.11.2015		
Descrição da conta contábil		
IRPJ E CSLL a recolher	67.200	C
Duplicatas descontadas	125.000	C
Depreciação / Amortização acumuladas	190.000	C
Fornecedores	180.000	C
Reservas de Lucros	20.000	C
Provisão de férias e 13º Salário	46.000	C
Estoques	300.000	D
Capital	358.800	C
Ativo Imobilizado	380.000	D
Contas a receber	320.000	D
Contas a pagar	65.000	C
Investimentos	62.000	D
Impostos e contribuições a recolher	120.000	C
Despesa com Imposto de renda e CSLL	67.200	D
Despesas Administrativas	72.000	D
Custos de Mercadorias Vendidas	384.000	D
Caixa e equivalentes de caixa	300.000	D
Salários a pagar e Encargos	190.000	C
Receitas de vendas	1.200.000	C
Despesas Financeiras, líquida	18.000	D
Impostos e Contribuições sobre vendas	327.000	D
Despesas Comerciais	48.000	D
Despesas com Depreciação	82.000	D

49. O total do ativo corresponde a R\$

- (A) 980.000,00.
- (B) 1.020.000,00.
- (C) 1.047.000,00.
- (D) 1.159.000,00.
- (E) 1.184.000,00.

50. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é de R\$

- (A) 201.800,00.
- (B) 244.000,00.
- (C) 257.000,00.
- (D) 269.000,00.
- (E) 275.000,00.

